

E-mail: csr.pedralva@sapo.pt
Fax: 231528255
Telephone: 231528255
3780-177 - S. Lourenço do Barro
Rua Central, 60 - Pedralva
Instituiçāo Particular de Solidariedade Social



**Centro Social Recreativo e Cultural
de Pedralva - IPSs**

FINANCIERAS 2019 DEMONSTRAGOES

(Handwritten signatures in blue and black ink)

Distrital de Solidariedade e Segurança Social ao nível de Rendimento Social de Inserção
lindo de encontro às actividades desta Instituição, a mesma tem parceria com o Centro

serviços da comunidade adequados à satisfação de outras necessidades.
reparações no domicílio e ainda disponibiliza a informação facilitadora de acesso a
de socialização/actividades de animação sociocultural, presta auxílio em pedaneas
alimentícios e outros artigos, especificamente medicamento, apoia e colabora nos serviços
nível do acompanhamento ao exterior; presta serviços na aquisição de bens e/ou gêneros
refeições/alimentação; presta serviços de tratamento de roupas e ainda presta apoio ao
higiene habitual; presta serviços de confecção, transporte e/ou distribuição de
que, esta Instituição presta cuidados de higiene pessoal e conforto, presta serviços de
respeito aos serviços prestados em ambas as respostas sociais poder-se-á mencionar
é para 30 clientes onde efectivamente esta Instituição apóia os 30 clientes. No que diz
clentes. Relativamente a resposta social de Apoio Domiciliário, o acordo de cooperação
Districtal de Solidariedade e Segurança Social de 35 clientes, apoiando efectivamente 35
capacidade da Instituição é de 40 clientes, tendo acordo de cooperação com o Centro
Serviço de Apoio Domiciliário. No que diz respeito a resposta social de Centro de Dia e
Actualmente, esta Instituição continua a integrar as respostas sociais de Centro de Dia e
Fevereiro.

como Pessoa Colectiva de Utilidade Pública, pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de
n.º 65/94, a folhas 11 verso. Foi declarada, nos termos do art.º 8 dos referidos Estatutos,
Social, desde 15/07/1994 no Livro n.º 6 das Associações de Solidariedade Social, sob o
Andaluz, distrito de Aveiro, registado a título definitivo, na Direcção Geral da Segurança
Social, situada na rua central, n.º 60, freguesia de S. Lourenço do Barro, concelho de
O Centro Social Recreativo e Cultural de Pedralva, Instituto Particular de Solidariedade

Nota Introductória

Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e o Anexo, relativos ao
Dando cumprimento aos preceitos legais e estatutários, vimos submeter à apreciação
exercício de dois mil e dezoito.

Euros Senhores Associados:



Resulitados e Anexo.
pegas contabilísticas que em anexo apresentamos - Balanço, Demonstração de quatrocentos e três euros e quarenta e sete centimos), conforme pode confirmar-se nas Os resultados do exercício de 2019 foram positivos no montante de 2 403,47 (dois mil

4. Resultados

impostos.

Social, Junta de freguesia e Município de Andalva, subsídios do IEF e reembolso de As receitas foram provenientes das participações dos utentes, da Segurança extremos e dos gastos com pessoal.

quais salientamos o aumento dos custos das matérias consumidas, dos fornecimentos Os custos ocorridos no exercício decorrem da actividade normal da Instituição dos

3. Gastos e Receitas

máquinas e equipamentos de segurança.

No exercício de 2019 foram efectuados investimentos no valor de € 2695,45, em 2. Investimentos

Centro de Dia e Apoio Domiciliário.

No ano em análise a Instituição continuou a prestar os serviços nas valências de

1. Actividade

Sustentabilidade ambiental.

Multidimensionalidade, Solidariedade, Individualidade, Qualidade, Participação, Inovação, comunidade em geral" e seus Valores que assentam na: Afetividade; continuamente a qualidade dos serviços prestados, tornando-se numa Referência para a como uma Instituição a empreendera e sustentável, desenvolvendo e melhorando idade e Comunidade em geral" bem como a sua Visão, - "Projectar-se na comunidade de responsas individualizadas, qualificadas e humanizadas actuando na área da Terceira Missão desta Instituição, - "promover a autonomia e o desenvolvimento pessoal através

Todos os aspectos salientados até aqui não fundo ao encontro não só do que é a freguesia de S. Lourenço do Barro.

- RSI, esta Instituição é responsável pelo acompanhamento dos beneficiários de RSI na



A Direcção

Pedralva, 26 de junho de 2020

Finalmente, não podemos deixar de agradecer a colaboração prestada no decurso do presente exercício por todos os colaboradores da instituição, assim como todas as entidades com quem esta mantive relações.

A instituição terá de manter o equilíbrio financeiro, reestruturando os serviços e encontrando novas fontes de financiamento, de forma a poder avançar para o crescimento da instituição, nomeadamente a futura construção da valência de lar. Por outro lado a situação de pandemia que se vive actualmente obriga a redefinir a de todos os processos com vista à segurança de utentes e funcionários, sendo este o maior desafio que se perspetiva.

6. Perspectivas para o futuro

A proposta da Direcção para a aplicação de resultados é de que os mesmos sejam transferidos na totalidade para a conta de resultados transitados.

5. Proposta de aplicação de resultados



Balanco	
ACTIVO	NOTAS
2018	
Activo não corrente	
Activos fixos tangíveis	303 062,91
Outros activos financeiros	1 733,79
Activos financeiros	317 841,43
Subtotal	304 796,70
Activo corrente	319 569,35
Clientes	10 668,93
Invenções	1 488,50
1 069,00	
Subtotal	327 475,36
Caixa e depósitos bancários	312 656,88
Diferimentos	2 467,08
Clients	10 868,67
Invenções	1 069,00
Subtotal	335 319,36
Total do Activo	632 272,06
CAPITAL PROPRIO E PASSIVO	
Capital Proprio	
Resultados translatados	357 524,72
Outras variações de capital próprio	213 977,37
Subtotal	571 502,09
Resulalado líquido do exercício	2 403,47
Total do Capital próprio	573 905,56
Passivo não corrente	
Financiamentos próprios	7 812,48
Subtotal	7 812,48
Passivo não corrente	11 279,85
Formecedores	19 850,49
Estado e outros entes públicos	9 479,08
Outras contas a pagar	26 356,11
Subtotal	50 554,02
Total do Passivo	58 366,50
Outras contas a pagar	30 437,04
Estado e outros entes públicos	9 479,08
Formecedores	19 850,49
Subtotal	59 766,61
Total do Capital próprio e do passivo	632 272,06
Passivo corrente	
Outras contas a pagar	26 356,11
Estado e outros entes públicos	9 479,08
Formecedores	19 850,49
Subtotal	50 554,02
Total do Passivo	71 046,46
Total do Capital próprio e do passivo	654 889,21
A Direcção	O Contabilista Certificado

O Contabilista Certificado

A Direção

*Doln wurd
jeg fuerde beide Zeiten
auf der einen Seite*

Pos	Neg	CUSTOS E PERDAS/PROVETOS E GANHOS	Exercícios	Gontas	Código de
71/72	Vendas e serviços prestados	190 451,85	173 788,10	9,59%	
75	Subsídios à exploração	207 277,91	194 475,46	6,58%	
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-70 637,32	-90 013,91	-21,53%	
62	Formeclimentos e serviços extremos	-66 890,59	-75 444,13	-11,34%	
63	Gastos com pessoal	-251 439,56	-253 802,67	-0,93%	
78-795...	Outros rendimentos e ganhos	13 770,34	19 307,56	-28,68%	
68-	Outros gastos e perdas	-2 817,85	-2 632,06	7,06%	
685...					
64	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-17 437,97	-17 078,54	2,10%	
761	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	19 714,78	-34 321,65	-157,44%	
79	Juros e rendimentos similares obtidos	380,21	574,25	-33,79%	
69	Juros e gastos similares suportados	-253,55	-330,67	-23,32%	
86	Resultado antes de impostos	2 403,47	-51 156,61	-104,70%	
812	Impostos sobre o rendimento do período	0,00	0,00	0,00%	
	Resultado líquido do período	2 403,47	-51 156,61	-104,70%	

Demonstração de Resultados

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

apresentados.

As políticas contabilísticas formam aplicações de forma consistente para todos os exercícios respeitivas interpretadas SIC-IFRIC.
 (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e
 Europeu e do Conselho, de 19 de julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade
 Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento
 São aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de
 Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações
 entidades do sector não lucrativo.

não lucrativo e a Portaria n.º 106/2014 que aprova o código de contas específico para as
 que aprova os modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às entidades do sector
 nomeadamente as IPS, formam publicadas as seguintes portarias. Portaria n.º 105/2014
 de contabilidade para as microentidades/microempresas e entidade sem fins lucrativos,
 15653/2009). Na sequência do decreto-lei n.º 36-A/2014 que define as regras simplificadas
 Financiero (NCF) (Aviso n.º 15655/2009) e as Normas Interpretativas (Aviso n.º
 o Código de Contas (Portaria n.º 1011/2009) e as Normas Contabilísticas e de Relato
 (Aviso n.º 15652/2009); os Modelos de Demonstrações Financeiras (Portaria n.º 986/2009),
 dadeias normas o Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, a estrutura conceptual do SNC
 quais são designados genericamente por NCF. Devem entender-se como fazendo parte
 Ihes são aplicáveis, que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), os
 As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas normas, que

FINANCIERAS

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAGÓES

Fevereiro.

como Pessoa Colectiva de Utilidade Pública, pelo Decreto-Lei n.º 119/83, de 25 de
 n.º 65/94, a folhas 11 verso. Foi declarada, nos termos do art.º 8 dos referidos Estatutos,
 Social, desde 15/07/1994 no Livro n.º 6 das Associações de Solidariedade Social, sob o
 Andaria, distrito de Aveiro, registado a título definitivo, na Direcção Geral da Segurança
 Social, situada na rua central, n.º 60, freguesia de S. Lourenço do Barro, concelho de
 O Centro Social Recreativo e Cultural de Pedralva, Instituto Particular de Solidariedade

1. IDENTIFICAÇÃO

ANEXO 2019



serem utilizados, pelo método o saldo de descrescente em conformidade com o As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estarem disponíveis para amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis são registrados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de localizado.

de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está funcional da forma pretendida; (iii) sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de o que compreende (i) o preço de compra, (ii) quaisquer custos diretamente atribuíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registrados ao custo de aquisição ou produção,

Ativos fixos tangíveis

por imparidade não se tivesse registrado em exercícios anteriores.

da quantia que estará reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efetuada até ao limite reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram. A reversão das perdas por exercícios anteriores é registrada quando se conclui que as perdas por imparidade caixa à qual o ativo pertence. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, futuros estimados que são esperados que surjam do uso contínuo do ativo e da sua direcamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos prego de venda líquido é o montante que se obtém com a alienação do ativo, numa A quantia recuperável é a mais alta entre o prego de venda líquido e o valor de uso. O

recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registrada em resultados que o montante pelo qual o ativo se encontra registrado é superior à sua quantia possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre circunstâncias que indicuem que o montante pelo qual o ativo se encontra registrado A data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas

Imparidade de ativos

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. BASES DE MENSURAGÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS



Vendas de bens

real não seja conhecido.

em que as transações são facturadas. São estimados os gastos e rendimentos cujo valor com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo

Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

sujos a um risco insignificante de alterações de valor.
que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam consistentes em investimentos curto prazo (não superior a três meses), salvo liquidos Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa

As matérias primas estão valorizadas ao custo.

Inventários

rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".
data de alienação ou abate, sendo registradas na demonstração dos resultados nas determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são ativos são registrados como gasto.

gasto do período em que incomodos. Os despendos com inspeção e conservação dos melhores significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registradas como Os despendos com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em para refletir as novas expectativas.

Existe alguma indicação de que se verifica uma alienação significativa da vida útil ou da As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimados, imaterial.

é determinada após dedução do seu valor residual, sempre que este não é considerado período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A quantia depreciable de um ativo



Na preparação das demonstrações financeiras, estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relativos a estimativas e assumções realizadas pelo órgão de gestão formam efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras.

Julzos de valor, estimativas e pressupostos críticos

O crédito associado com uma transacção que envolve a prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transacção possa ser financeiramente estimado, isto é, quando: (i) a quantia de crédito seja financeiramente mensurada; (ii) seja provável que benefícios económicos associados com a transacção fluam para a instituição; (iii) a fase de desenvolvimento da transacção é dada do balanço seja financeiramente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção sejam financeiramente mensurados.

O crédito associado com uma transacção que envolve a prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transacção possa ser pagado ou receber.

Prestação de serviços

O crédito proveniente da venda de bens apena é reconhecido quando (i) são transferidos as transacções fluam para a instituição e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser financeiramente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos de outros custos diferentes a sua concrétização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do crescimento que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registradas nas rubricas de diferentes contas a pagar ou a receber.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos de outros custos diferentes a suas concrétizadas, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do crescimento que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registradas nas rubricas de diferentes contas a pagar ou a receber.

Pelas razões já indicadas, não foram identificadas por parte da Direcção eventuais fontes de incerteza utilizadas aquando da elaboração das estimativas que envolvam risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrutadas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte. Podendo, contudo, ocorrer situações em

3.4. Princípios fontes de incerteza das estimativas

activos e passivos durante o ano financeiro seguinte.

Tal como já foi referido, os pressupostos considerados pela Direcção foram determinados com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras e na experiência e conhecimento do negócio e da realidade envolvente da instituição. Deste modo, não foram identificados pressupostos relativos ao futuro que possam passar de provocar um ajustamento material nas quantias escrutadas de activos e passivos durante o ano financeiro seguinte.

3.3. PRINCÍPIOS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras foram ainda preparadas de acordo com o regime contabilístico do arreco (ou da periodização económica).

As demonstrações financeiras uma entidade em continuidade e de que continuará a operar no futuro previsivel.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de que uma entidade é

3.2. OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

Accontecimentos após a data do balanço condizentes que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os accontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condizentes que ocorram após a data do balanço, quando materialmente relevantes, são condizentes que ocorram após a data do balanço, quando materialmente relevantes, são contabilizados sobe proporção do balanço.

Os accontecimentos após a data do balanço que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras.

Accontecimentos após a data do balanço divulgados nas demonstrações financeiras.

Vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis: a determinação das vidas úteis dos activos, bem como o método de amortização, é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados. Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Direcção para os activos e negócios em questão.



Terrenos e recursos naturais	-	Taxa de depreciação
Edifícios e outras construções	25 - 20	4% - 5%
Equipamento básico	10 - 3	10% - 33,33%
Equipamento de transporte	6 - 4	16,66% - 25%
Equipamento administrativo	10 - 3	10% - 33,33%
Outros activos fixos tangíveis	10 - 3	10% - 33,33%

utéis e taxa de depreciação médias:

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas

c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:

activo se o seu valor residual não se alterar.

A instituição deprecia os seus bens do activo fixo tangível de acordo com o método da linha recta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do

b) Método de depreciação usado:

acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

item do activo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação OS activos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um

a) Os critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

tangíveis

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos activos fixos

4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

necessas estimativas.

períodos subsequentes que, não sendo previsionis à data, não formam considerados



Nº Medio	10	9	4	23
Centro de Día Apoyo Sector Administrativo/ Doméstico/ general Total				

MAPA DE MÉDIA DE FUNCIONARIOS

por valencias.

3. Indicagão do numero medio de pessoas ao servigo da instituição, no exercicio, repartido

DEPRECIAÇÕES DO PERÍODO		Descrição	2019	2018
Edifícios e outras construções	8 666,52	8 609,33		
Equipamento básico	4 148,05	3 903,86		
Equipamento de transporte	4 355,03	3 903,86		
Equipamento administrativo	268,37	210,32		
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	0,00		
Total	17 437,97	17 078,54		

DEPRECIAÇÕES DO PERÍODO

Descrição	Mat.Primas	Total	Mat.Primas	Total
2019			2018	
Existências Iniciais	1 069,00	999,50	999,50	999,50
Compras	71 056,82	71 056,82	90 083,41	90 083,41
Existências Finais	(1 488,50)	(1 488,50)	(1 069,00)	(1 069,00)
Custo das vendas	70 637,32	90 013,91	90 013,91	90 013,91

10. Demonstraçāo do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, como segue:

Não aplicável.

ocorridos no exercício, de acordo com um quadro do seguinte tipo:

9. Desdobramentos das contas de provisões acumuladas e explicação dos movimentos

Não aplicável.

mora.

8. Discriminação das dívidas incluídas na conta "Sector Público Administrativo" em situaçāo de

Não aplicável.

7. Discriminação da conta 4154 - "Fundos" e indicação das respectivas afecções.

Meses	Centro de Dia	Apelo	Domicílio	Total	Mes	Centro de Dia	Apelo	Domicílio	Total
Meses					Mes				
Total	420	360	780		Total	35	30	65	
Dezembro	35	30	65		Dezembro	35	30	65	
Novembro	35	30	65		Novembro	35	30	65	
Outubro	35	30	65		Outubro	35	30	65	
Setembro	35	30	65		Setembro	35	30	65	
Agosto	35	30	65		Agosto	35	30	65	
Julho	35	30	65		Julho	35	30	65	
Junho	35	30	65		Junho	35	30	65	
Maiô	35	30	65		Maiô	35	30	65	
Abri	35	30	65		Abri	35	30	65	
Margô	35	30	65		Margô	35	30	65	
Fevereiro	35	30	65		Fevereiro	35	30	65	
Janeiro	35	30	65		Janeiro	35	30	65	

MAPA DE MÉDIA DE UTENTES

6. Indicaçāo do número médio de utentes por valências, no exercício.

O Contabilista Certificado
A Direção,

Pedralva, 16 de Março de 2020

Não aplicável.

financiaria e dos resultados.

13. Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição

Não aplicável.

12. Indicativo do movimento da conta 25 - Emprestimos obtidos, ocorrido no ano.

Não aplicável.

11. Demonstraçāo da variação da produção, como segue: